

Direito à cidade, novas pautas e personagens em cena em Belo Horizonte-MG no século XXI

*Flávia de Paula Duque Brasil**

*Vitória Régia Izaú***

*Anna Clara Ferreira Mattos***

Resumo:

O artigo tem por objetivo mapear - de forma panorâmica e não exaustiva - os movimentos sociais e coletivos atuantes em Belo Horizonte que remetem à perspectiva de direito à cidade, analisando suas pautas e repertórios de ação coletiva nas duas primeiras décadas do século XXI, marcadas por insurgências e ativismos. Como lastro teórico, discute-se o conceito polissêmico de direito à cidade, estabelecendo um diálogo com a noção de interseccionalidade, em uma chave mais ampla que considera a dimensão socioespacial. A metodologia empregada, de natureza qualitativa e cunho exploratório, apoia-se em revisões bibliográficas e levantamentos documentais. O trabalho aponta para a ampliação e reconfiguração do tecido movimentalista, identificando uma pluralidade de atores coletivos despontam em cena, de novos atores a outros que se reorganizam: as insurgências e movimentos culturais; os movimentos e coletivos associados às novas ocupações urbanas; voltados para questões ambientais e urbanas; de gênero, diversidade, raça e interseccionalidade. Os movimentos e coletivos recorrem aos diversos repertórios de ação, com proeminência de formas de ação direta; desafiam e resistem às diversas formas de opressão e ao modo de gestão da cidade pautado no empresariamento urbano; resignificam o cotidiano e os espaços públicos, desvelando múltiplas matizes do direito à cidade.

Palavras-chave: Direito à cidade; movimentos sociais; atores coletivos; repertórios de ação coletiva; interseccionalidade.

* Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora e pesquisadora na Fundação João Pinheiro, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3070-7050>
E-mail: flavia.brasil@fjp.mg.gov.br

** Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Docente efetiva da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0182-0903>
E-mail: vitoria.izau@uemg.br

*** Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. Graduada em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-5627-3654>
E-mail: mattosanna2@gmail.com

Abstract:

The article aims to provide an overview, in a panoramic and non-exhaustive approach, of the social and collective movements active in Belo Horizonte that relate to the perspective of the right to the city, analyzing their agendas and repertoires of collective action in the first two decades of the 21st century, highlighted by insurgencies and activism. As a theoretical basis, the polysemic concept of the right to the city is discussed, establishing a dialogue with the notion of intersectionality, in a broader sense that encompasses the socio-spatial dimension. The methodology employed, which is qualitative and exploratory in nature, is based on bibliographic reviews and documentary surveys. The work points to the expansion and reconfiguration of the movementist fabric, identifying a plurality of collective actors emerging on the scene, from new actors to others who are reorganizing themselves: insurgencies and cultural movements; movements and collectives associated with new urban occupations, focused on environmental and urban issues; gender, diversity, race, and intersectionality. The movements and collectives employ various repertoires of action, with an emphasis on forms of direct action, challenging and resisting the various forms of oppression and the city's management model based on urban entrepreneurship; they reframe everyday life and public spaces, revealing multiple nuances of the right to the city.

Keywords: right to the city; social movements; collective actors; collective action repertoires; intersectionality.

Introdução

Cidades são produzidas historicamente por um largo escopo de relações sociais, desde as configurações do capitalismo que imprimem desigualdades socioespaciais e exclusões em seus territórios à própria vida cotidiana de seus moradores a partir da qual, por vezes, engendram-se insurgências que desafiam as lógicas dominantes.

No bojo dos desenvolvimentos teóricos e debates relativos à produção capitalista do espaço (Carlos, 2024), sublinham-se as ações e os papéis dos diferentes agentes sociais concretos e históricos, imbuídos de interesses e estratégias distintos que conformam suas práticas espaciais (Corrêa, 2024). A partir das ações e relações dos diferentes atores sociais – Estado, agentes econômicos e sociedade civil - o espaço urbano é produzido e reproduzido. Ao Estado reservam-se múltiplos papéis, desde a mediação de conflitos entre os agentes e interesses contraditórios por meio de políticas públicas; a regulação e produção de legislação fundiária e urbanística; investimentos em infraestrutura e provisão de serviços urbanos; poder de polícia; dentre outros. No rol dos agentes econômicos especialmente se destacam os proprietários fundiários e os promotores imobiliários, para os quais a cidade constitui uma mercadoria e fonte de lucro. Em

contraponto, a cidade é apropriada e produzida por agentes da sociedade civil, como movimentos sociais, coletivos, associações civis, desde suas práticas cotidianas aos ativismos, resistências, insurgências e projetos alternativos.

Configurado pela atuação desses agentes sociais e por relações contraditórias e conflituais, o processo de urbanização brasileiro, como de outros países do sul global, tem produzido cidades marcadas pela periferização e informalidade, por precariedades e déficits de inclusão, pelo comprometimento ambiental, por desigualdades e processos de exclusão e segregação socioespacial.

A despeito da magnitude desses fenômenos, em que pesem vicissitudes, nota-se a omissão do Estado, que historicamente não produziu políticas públicas consequentes e efetivas endereçadas à produção de cidades inclusivas e justas, sustentáveis e democráticas. Mais além, ao destacar a invisibilidade histórica da população que vive nas periferias urbanas, Izaú (2017, p. 104) aponta para a atuação do Estado, “que criminaliza os pobres e faz com que essas áreas excluídas sejam marginalizadas, desumanizadas, oprimidas”.

Considerando esse contexto, sobrepõem-se exclusões, interseccionam-se e articulam-se desigualdades, em suas diversas matrizes e dimensões, com o tecido socioespacial. Ao se considerar, na linha de Henri Lefebvre (1994), que o espaço é socialmente construído e que é produto, condição e meio de reprodução das relações sociais, essas relações são espacialmente constituídas. Nesse sentido, a dimensão socioespacial reforça e até mesmo potencializa a trama de desigualdades, exclusões, opressões e de suas intersecções, às quais um amplo contingente da população está submetido.

Contudo, também se perfilam atrizes/atores coletivos, engendrando resistências, ativismos, insurgências e práticas espaciais alternativas, que podem ser remetidas a Harvey (2006) e à sua asserção de que o direito à cidade surge das ruas e bairros. Essa noção - de direito à cidade -, em sua abrangência e polissemia, condensa para o autor possibilidades emancipatórias, de mudança e reinvenção da cidade (Harvey, 2014, p. 28) e encompassa, assim, uma pluralidade de vozes e práticas, bem como múltiplas pautas – novas e recorrentes.

Essa ideia constitui um alicerce da abordagem e desenha um fio condutor do trabalho, que se volta para mapear - de forma não exaustiva e em uma visada panorâmica - os movimentos sociais e coletivos atuantes em Belo Horizonte nas duas primeiras décadas do século XXI, apontando suas pautas e motes de ação coletiva. O recorte temporal, demarcado pelo início dos anos 2000, decorre da emergência de novos atores coletivos que despontam em um novo ciclo de manifestações e lutas no contexto brasileiro, como

observado por Arantes (2014) e Gohn (2017). Adiante, o contexto configurado pela pandemia da covid-19, a partir de 2020, associa-se a um relativo arrefecimento de ações coletivas.

Destaca-se que o período examinado se notabiliza por manifestações multitudinárias no âmbito internacional¹ e, no âmbito nacional, pelas jornadas de junho de 2013 que inauguram um ciclo de mobilização que se estende ao longo da década. As manifestações de 2013 constituíram um fenômeno complexo e potente que tem sido abordado e interpretado sob várias lentes (Avritzer, 2016; Maricato, 2013; Sarmiento; Reis; Mendonça, 2017; Perez, 2019) e reverberaram em várias dimensões e escalas, incluindo-se a capital mineira (Andrés, 2023; Domingues, 2019; Izaú, 2017).

Nesse sentido, considera-se que as jornadas de 2013 compõem um contexto mais amplo da cidade, atravessam e impulsionam a teia de atores/atrizes coletivas e suas ações no período em Belo Horizonte. Contudo, as jornadas de 2013 não esgotam, tampouco traduzem os processos de mobilização e de organização da sociedade civil examinados nesse artigo, que se tecem na cidade desde a década antecedente.

Argumenta-se que a relativa efervescência movimentalista observada no período abordado conecta-se, fundamentalmente, aos processos no âmbito local. Em um cenário de adensamento da lógica neoliberal, ganha relevo o empresariamento urbano, voltado para vender a cidade e atender as demandas do capital, ao qual se contrapõem atores coletivos e ativismos e insurgências. Ao lado de atores coletivos já atuantes na cidade, emergem em cena movimentos sociais e coletivos, com múltiplas pautas e repertórios de ação coletiva, que constituem relativa novidade e remetem à perspectiva de direito à cidade.

O artigo foi construído a partir da interlocução entre pesquisadoras e a confluência de suas agendas e lastros de pesquisas, bem como do vislumbrar e esperar compartilhado por horizontes emancipatórios, inclusivos e democratizantes.

De natureza qualitativa e cunho exploratório, o trabalho apoia-se basicamente nas investigações desenvolvidas pelas autoras. Desse modo, o artigo entrecruza e condensa, respectivamente, aportes das pesquisas do Observatório de Movimentos Sociais e Políticas Públicas da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro e contribuições das pesquisas de doutoramento e pós-doutoramento da segunda autora. Recorreu-se adicionalmente às revisões bibliográficas e documentais com o foco nos diversos movimentos sociais e coletivos atuantes na cena de Belo Horizonte nas últimas décadas.

Direito à cidade, ativismos e pautas: o que há de novo?

A expressão “direito à cidade” tem uma trajetória extensa notadamente desde os anos 1960, que se imbrica com a perspectiva de Henri Lefebvre (1991, 1994, 2008), adiante revistada e reformulada por David Harvey (2006, 2012, 2014), abordada em incursões acadêmicas (Brandt, 2018; Brasil *et al.*, 2019; Izaú, 2017; Krieger, Leblanc, 2018; Magalhães, 2019; Tavolari, 2016) e mobilizada como mote de ativismos, aglutinando múltiplos significados. Como substrato comum dessa polissemia, alinhavam-se projetos e possibilidades de mudança: de mudar a cidade, de mudar a vida cotidiana, de criar outros mundos possíveis.

Em um balanço da concepção lefebvriana – ampla e multifacetada –, Brandt (2018) destaca a ênfase na produção do espaço a partir da perspectiva de classes e grupos sociais, apontando para a construção do espaço diferencial e a vida cidadina, rumo à conquista da cotidianidade. Nessa linha, o direito à cidade (Lefebvre, 2008) remete ao direito à vida urbana, ao encontro e às trocas, à obra e à apropriação, tendo em vista o horizonte de uma nova sociedade.

A perspectiva de emancipação, de transformação e de reinvenção da cidade é sustentada por Harvey (2014) como um exercício de poder coletivo sobre a urbanização. O autor remete ao “direito de fazer uma cidade diferente” que desafie a “onda privatizante que tem servido de mantra ao neoliberalismo destrutivo dos últimos anos”. Para tanto, requer solidariedades sociais que alicercem a formação de direitos coletivos, a criação de espaços urbanos comuns e de participação democrática (Harvey, 2013, p. 33). Deste modo, para Magalhães (2019, p. 2427), o direito à cidade “torna-se o direito à criação de mundos de forma livre e autônoma, em continuidade com o princípio do direito à cidade como direito à definição aberta e democrática do próprio sentido da cidade e da urbanização”.

Conforme Harvey (2006, p. 210), “ao produzirmos coletivamente nossas cidades, produzimos coletivamente a nós mesmos” e, nesse sentido, os “projetos referentes ao que desejamos que sejam nossas cidades são, em consequência, projetos referentes às possibilidades humanas, a quem queremos ou, o que talvez seja mais pertinente, a quem não queremos vir a ser”. Harvey (2014) considera que a reverberação recente do mote de direito à cidade associa-se às lutas e reivindicações dos movimentos sociais contemporâneos relativas à vida cotidiana. Reportando às jornadas de junho de 2013, a partir do autor, Brandt (2018) destaca que a ideia de direito à cidade tem se constituído

uma bandeira de luta, que se apresenta tanto em pautas reformistas quanto revolucionárias anticapitalistas.

No âmbito dos ativismos, a Carta Mundial pelo Direito à cidade cunhada por movimentos sociais de diversos países a partir das edições do Fórum Social Mundial, na trilha lefebvriana, enfatiza o valor de uso e usufruto da cidade, encampando amplo rol de direitos humanos (Carta [...], 2005). A partir das vozes de ativistas em Belo Horizonte, Izaú (2017, p. 83) situa o direito à cidade “no pulsar da vida cotidiana, na indignação, no desejo de que a cidade expresse a realidade e interesses da maioria da população residente”.

Arantes (2014 *apud* Magalhães, 2019, p. 2425) retrata o surgimento de movimentos sociais na década de 2000, “por fora da esfera de influência dos circuitos de reforma urbana e, de forma mais ampla, dos movimentos que remontam ao período de abertura política dos anos 1970”, configurando um “novo ciclo de lutas” nucleado pela questão urbana. Nessa direção, como salientado por Maricato (2013), o estopim das manifestações de 2013 inscreve-se no campo da questão urbana: seja o movimento passe livre, seja, adiante, o movimento dos atingidos pela Copa.

Nessa linha, o novo ciclo de lutas remete à pauta mais ampla de direito à cidade. Ao buscar o sentido das insurgências, resistências e mobilizações para os ativistas, Izaú (2017) aponta para a busca de uma concepção alternativa de cidade, plural e diversa, enfatizando aspectos relativos a uma nova sociabilidade, modo de vida e cotidianidade.

Magalhães (2019, p. 2420-2421) permite avançar no entendimento das novas lutas, iluminando o entrecruzamento entre cultura e política, ressaltando as diversas pautas identitárias e sua confluência com a questão urbana, “como um aglutinador de experiências e embates que atravessam o cotidiano e, portanto, a própria prática criadora destes grupos”. O autor atesta a importância de revisitar os debates referentes às conexões entre política e cultura evidenciadas em Alvarez, Dagnin e Escobar (2000) e atualizá-los, alargando essas interfaces, encampando a cidade, como evidenciam os discursos e as práticas de mobilização e organização dos atores coletivos contemporâneos.

Considerando entendimento da cultura como um campo de criação simbólica nas próprias lutas, Magalhães (2019, p. 2425), coloca em relevo a interseccionalidade² em uma visada ampliada:

É notável nas práticas, discursos e formas de mobilização política deste novo ciclo de lutas a importância da interface entre cultura, política e cidade, fundamental em sua agenda e sua forma de atuação. [...] O que ocorre frequentemente nos termos do encontro descrito acima entre a produção cultural e o terreno político das pautas identitárias, crescentemente conver-

gentes com o lugar da interseccionalidade que as coloca em encontro produtivo com outras lutas – dentre as quais a política em torno da questão urbana, da luta pela moradia e pelo direito à cidade. É nestes termos que surgem novos elementos também em relação ao mapeamento analítico reunido em Alvarez *et al.* (2000), em que a cultura política aponta como um campo de construção simbólica a partir do ativismo, que busca ressignificar noções fundamentais à própria prática política como forma de abertura e ampliação das possibilidades desta mesma prática.

A partir do entrelaçamento de Magalhães (2019), pode-se desvelar, nas mobilizações recentes, contornos mais largos de interseccionalidade, para além de marcadores de raça, gênero, orientação sexual e classe, considerando-se a vida cotidiana urbana nas periferias e nas áreas informais, em sua constelação de precariedades, violências e opressões. Nesse sentido, apontam-se múltiplas pautas e suas intersecções que se condensam na bandeira do direito à cidade.

No mapeamento dos atores/atrizes coletivos que emergem na cena contemporânea na cidade, busca-se desvelar suas novas formas de organização e de mobilização, práticas e repertórios de ação, ressaltando-se que o “novo” situa-se em um contexto histórico-cultural a partir de discontinuidades e continuidades com o que o precede.³ Com o foco específico nos chamados coletivos no contexto brasileiro de 2013 e nos anos subsequentes, Perez e Silva Filho (2018) discutem novas formas de mobilização e organização da sociedade civil, enunciadas como mais fluidas, autônomas e horizontalizadas, avessas às organizações partidárias, às instituições burocráticas e aos próprios movimentos sociais tradicionais.

Também o uso das redes sociais constitui uma chave na reconfiguração dos ativismos que tem sido destacada por diversos autores (Gohn, 2017; Izaú, 2017; Silva, 2014). Destacam-se múltiplos e diversos repertórios de ação coletiva, como o repertório de ocupação (de terrenos, prédios para fins de moradia, de espaços públicos, escolas e prédios governamentais); de manifestações e marchas (Mattos *et al.*, 2024); e de acionamento judicial (Brasil *et al.*, 2020a).

Nessa trilha, Magalhães (2019, p. 2421) assinala que “o encontro da cultura com a mobilização em torno da questão urbana vem acontecendo na metrópole brasileira contemporânea de formas múltiplas e em diversas situações concretas”, apontando para a proliferação de duelos de MCs, saraus e *slams* de poesia nas periferias e no espaço público em áreas centrais, a politização urbana de manifestações artístico-culturais diversas (do *hip hop* ao retorno do carnaval de rua) e as ocupações culturais em edifícios ociosos

e abandonados. No cenário de Belo Horizonte, novos personagens adentram a cena pública ao longo das últimas décadas com suas ações coletivas e práticas.

(Novos) movimentos sociais e coletivos: pauta do direito à cidade em Belo Horizonte

Antes de abordar o período em foco cabe pontuar alguns antecedentes em relação ao tecido movimentalista na cidade, ao governo local e suas relações com a sociedade. Em relação à organização e mobilização da sociedade, Belo Horizonte tem uma trajetória longa e expressiva no âmbito da questão urbana e da moradia, com movimentos sociais e associações civis atuantes desde meados do século anterior. O tecido movimentalista da sociedade civil se expande e pluraliza, e um dos frutos da sua atuação em conjunção com o governo municipal foi a legislação o Profavela, em 1983, que de forma precursora no país previa a regularização urbanística e fundiária das favelas.

Na década seguinte, destaca-se o governo da coalizão Frente BH-Popular que se inicia em 1993, com um perfil progressista e inclusivo, que se revela na criação de uma infraestrutura participativa, bem como de um arcabouço estruturado e abrangente de políticas sociais e urbanas, inclusive endereçadas à habitação social. Ao final desse governo ocorre uma primeira ocupação urbana nos moldes recentes, adiante abordados – Ocupação Corumbiara. O governo seguinte, sob a mesma coalizão tem uma relativa continuidade, que se mostra instável nos anos 2000 com inflexões nas políticas urbanas e habitacionais, embora mantendo-se um perfil inclusivo a partir das instituições participativas em funcionamento. Nesse período, novos atores coletivos se organizam, especialmente articulados às novas ocupações urbanas, como as Brigadas Populares, em paralelo a coletivos e movimentações culturais.

Em 2009 inicia-se um governo, adiante reeleito, de perfil exclusivo e de cunho empresarialista, ou seja, voltado para os interesses empresariais, desconstruindo as políticas urbanas e habitacionais, esvaziando a infraestrutura de participação e mostrando-se refratário ao diálogo com os atores coletivos (Brasil *et al.*, 2020b; Canettieri, 2017; Izaú, 2017; Maia; Brasil, 2019). Nesse contexto, proliferam as novas ocupações urbanas, novos personagens adentram a cena com repertórios de ação coletiva diversos e por vezes inéditos, ressignificando a cidade e as vivências em seus espaços. A efervescência de diversos ativismos na cidade, especialmente na década de 2010, é atravessada pelas jornadas de 2013, que constituem um fenômeno multifacetado e complexo, abordado sob lentes distintas (Andrés, 2023; Domingues, 2019; Izaú, 2017; Sarmiento; Reis. Mendonça, 2017), e, adiante, também por um ciclo extenso de manifestações que ocorrem no país.

Novas ocupações urbanas: reinventando espacialidades e cotidianos

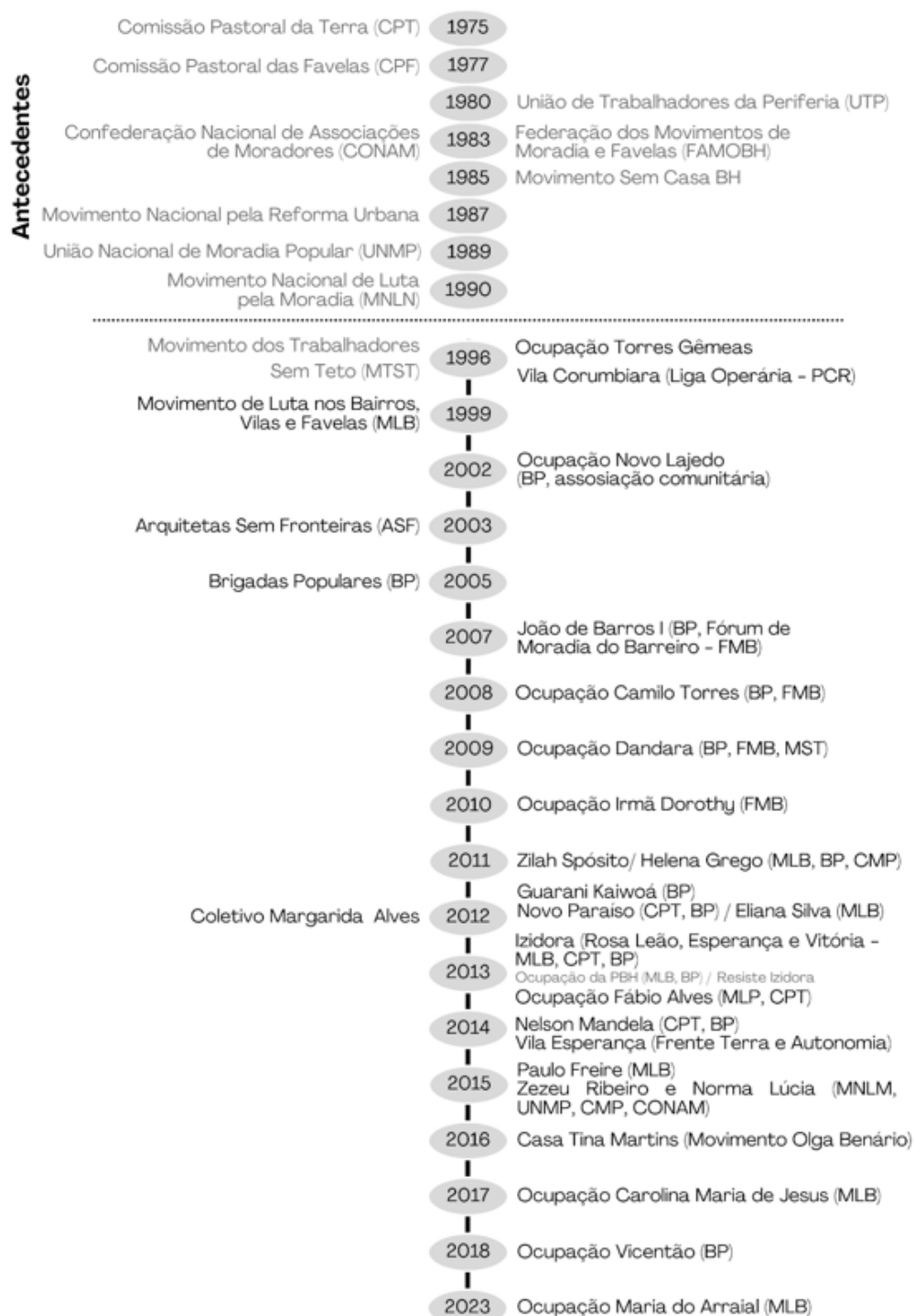
Em um cenário de déficits e desconstruções nas políticas de habitação social, novas ocupações urbanas ocorrem em 2007 e 2008, a partir da mobilização de moradores com movimentos e coletivos que se constituem no período, em espacial o MLB - Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - e as Brigadas Populares, que participam de diversas ocupações ao longo das décadas seguintes. O ano de 2009 demarca um ciclo de ocupações que se intensificam, sendo a Ocupação Dandara emblemática do novo padrão de organização coletiva dessas ocupações, contando com uma rede de apoiadores e com planejamento urbanístico que envolveu assessoria técnica popular, bem como dessa forma de produção social da moradia e de fazer cidade com uma espacialidade própria (Brasil *et al.*, 2019; Dias *et al.*, 2020; Lourenço 2022; Nascimento; Libânio, 2016).

As novas ocupações urbanas têm sido consideradas como um fenômeno político e social de luta pelo direito à cidade (Lelis, 2016); como territórios insurgentes (Mayer, 2015); como prática política que se organiza nos moldes da autogestão e participação e que, mais do que se constituírem como um movimento popular de moradia, contrapõem-se à apropriação capitalista do espaço urbano e ao poder do capital, bem como ao individualismo, mediante formas de sociabilidade comunitária (Canettieri, 2017). Nos termos de Leal *et al.* (2025) as ocupações são entendidas como novos atores coletivos que se engajam no enfrentamento das exclusões e violências históricas e recorrentes na cidade, lutando por melhores condições da vida cotidiana por meio desse mesmo cotidiano.

As novas ocupações adquirem expressão e magnitude nos anos seguintes: no período entre 2009 e 2020, 15 mil unidades habitacionais foram produzidas em 30 ocupações (Paolinelli; Canettieri, 2022, p. 268). As jornadas de 2013 impulsionaram novas ocupações, bem como repertórios de ação coletiva engendrados a partir de conflitos e ameaças de remoção da Ocupação Dandara, como a ocupação da entrada da sede da Prefeitura Municipal por três semanas, induzindo, assim, negociações com o governo municipal (Lourenço, 2022). As Ocupações na região do Izidora (Rosa Leão, Esperança e Vitória), que se formam em 2013, também ameaçadas, mobilizaram uma ampla rede de apoiadores por meio das redes sociais em uma campanha de grande repercussão, que retratam reconfigurações do ativismo e das formas de ação coletiva. Dentre os repertórios empregados pelos movimentos e suas redes de apoiadores, notam-se, ainda, o acionamento da justiça e a judicialização dos conflitos fundiários, bem como ações de cunho mais institucionalizado, como negociações com o governo municipal.

A linha do tempo apresentada na figura 1 representa a trajetória das ocupações urbanas em Belo Horizonte, partindo de seus antecedentes, notadamente a formação dos movimentos sociais que protagonizaram e protagonizam o movimento por moradia na cidade, e chegando aos seus marcos mais recentes.

Figura 1 – Linha do tempo das ocupações urbanas em Belo Horizonte.



Fonte: Elaboração própria.

Insurgências, movimentos e coletivos: apropriações e ressignificações da cidade

O final de 2009 constitui um marco das mobilizações na cidade, especialmente a partir de um decreto do prefeito que vedava manifestações na Praça da Estação (na área central da cidade), onde tradicionalmente aconteciam. O Decreto engendrou reações e insurgências, incluindo uma convocatória sem autoria nas redes sociais para uma reunião no local, a partir da qual mobiliza-se uma pluralidade de ativistas, grupos, movimentos e coletivos que se apropriam da Praça como uma “Praia”, recorrente em fins de semana ensolarados, com guarda-sóis, roupas de banho e, ainda, caminhões pipa, em reposta ao fechamento das fontes (Neves; Brasil, 2024; Oliveira, 2012), essemantizando o espaço público.

A Praia se caracteriza pela horizontalidade e aglutinação de uma pluralidade de participantes, impulsionando conjunções e redes, e pelo seu viés lúdico e festivo. Nesse ambiente, diversos blocos de carnaval despontam, nas interseções entre a festa e um caráter politizado e ativista, observando-se que sua expansão nos anos seguintes imprime uma nova escala e expressão ao carnaval na cidade.

No cenário de 2009, outros atores coletivos se constituem, como o movimento Salve a Mata do Planalto, com a pauta de preservação de uma área remanescente da mata atlântica ameaçada por um empreendimento imobiliário, reivindicando a criação de um parque. O movimento ambientalista recorreu aos repertórios de ação coletiva permeados pela ludicidade e expressividade evidenciada nas manifestações no período, notadamente a Praia da Estação – como marchas, passeatas e piqueniques. Mais adiante, também recorreram à judicialização e negociações com a prefeitura, a partir de que se cunharam legislações de proteção à área em 2021.

Na mesma trilha de atuação, o Salve Jardim América, em 2011, mobilizou-se reivindicando a preservação e criação de um parque na área ameaçada pela especulação imobiliária. Após uma longa trajetória de mobilizações, o movimento motivou um projeto de lei, aprovado em primeiro turno em 2024, articulado por vereadores de uma Frente Parlamentar progressista.

Ainda em 2011, sobre o lastro das mobilizações da Praia da Estação, destaca-se o movimento Fora Lacerda, de oposição ao então Prefeito, em seu primeiro mandato, movimento articulando “círculos do novo ativismo, de caráter festivo e irreverente, com organizações mais tradicionais” (Andrés, 2023, p. 225). Nesse contexto, com aporte de narrativas de ativistas, Izaú (2017, p. 106) revela que “acumulava-se, por parte dos movimentos sociais e ativistas urbanos em geral, uma grande insatisfação com a política

pública, que, em se tratando da cidade, defendia um projeto de higienização, violência e desumanização”.

Como já posto, as jornadas de 2013 atravessam a tessitura movimentalista e associativa na cidade e incitam novos processos e personagens que adentram a cena da cidade, dos movimentos sociais e suas redes aos novos coletivos. Para Almeida e Penzim (2018, p. 2), os novos coletivos “exprimem novas formas de sociabilidade, potencializam o espaço público como território de composição das novas esferas públicas e como *lócus* de expressão lutas emancipatórias das minorias, sobretudo dos jovens das periferias”.

Dentre os novos atores coletivos em cena, destaca-se a Assembleia Popular Horizontal (APH), que passa a acontecer em 2013 sob o viaduto de Santa Teresa, nas cercanias da Praça da Estação, onde já ocorria o Duelo de MCs - com suas batalhas musicais e poéticas. Organizado pelo coletivo Família de Rua, o Duelo de MCs - recorrente desde 2007 – aglutina juventudes associadas ao movimento hip-hop, em grande parte oriunda da periferia, apropriando-se do espaço do viaduto, imprimindo-lhe novos significados. Almeida e Leal (2023) apontam para a luta pela produção do espaço urbano na disputa pelo uso e significação do espaço público como um enfrentamento eminentemente político e indicam que o Duelo de MCs tem encampado outras identidades e pautas, além daquelas ligadas à negritude periférica, a exemplo de um público LGBTQIA+ (Almeida; Leal, 2023), que podem ser remetidas às interseccionalidades.

A APH realiza-se pela primeira vez durante as Jornadas de Junho, convocada por coletivos autonomistas e anarquistas, tendo em vista inicialmente discutir das manifestações na cidade e configurando-se, em sua recorrência, como um espaço de encontro, de tematização e discussão da cidade. Andrés (2023, p. 225) indica que desembocam na APH banhistas da praia da estação, rappers do Duelo de MCs, ativistas dos movimentos de moradia e ambientalistas, de sindicatos e partidos. Além de sua realização em um espaço público, Ferreira (2016, p. 6) caracteriza a APH a partir de sua gênese popular, ausência de líder e inexistência de formalidades.

O movimento Tarifa Zero BH (TZ-BH) surge de um Grupo de Trabalho na APH, o GT Mobilidade Urbana, que promoveu a ocupação da Câmara Municipal por 9 dias em 2013, em protesto à política tarifária. O movimento volta-se para a defesa do transporte como um direito social universal, gratuito no momento do uso, defendendo uma lógica alternativa de mobilidade urbana e enquadra a mobilidade urbana no âmbito da vida cotidiana e do direito à cidade. Tendo em vista influenciar a política municipal, desde então o movimento tem empregado um amplo repertório de ações coletivas: manifestações e protestos, ocupações do Legislativo, coleta de assinaturas, participação

em instituições participativas e negociações com o governo municipal, acionamento do judiciário, além de performances lúdicas como a intervenção “Busona sem Catracas” no Carnaval de 2014 (Carneiro *et al.*, 2022). Adiante, também se articula o Movimento Passe Livre (MPL-BH), a partir de dissidência do TZ-BH.

Nas interfaces entre patrimônio cultural e meio ambiente, o movimento Fica *Ficus* emerge em 2013, mobilizando-se em protesto à remoção de inúmeros *ficus* centenários em uma avenida da cidade. Também se reedita o movimento Salve Santa Teresa, atuante nos anos 1990 com uma pauta de preservação do patrimônio de um bairro tradicional ameaçado pela especulação imobiliária e por intervenções urbanas, logrando influenciar decisões do governo local. Em 2013 cria-se, ainda, o Espaço Comum Luiz Estrela Salve, mediante à ocupação de um casarão que foi restaurado por um coletivo de ativistas, configurando-se como um centro cultural autogestionado.

O repertório de ocupação de prédios e espaços públicos foi recorrente na década, sob diferentes moldes. Em 2015 a área do Jardim América foi ocupada e organiza-se a rede verde, aglutinando movimentos ambientalistas. Também ocorre uma segunda ocupação da Câmara pelo TZ-BH, que ao lado de outros atores coletivos organiza manifestações no ano seguinte. Ainda em 2016, algumas escolas secundárias foram ocupadas em sincronia com a difusão da ocupação de escolas no país e, em paralelo, o Centro de Referência das Juventudes (CRJ), nas adjacências da Praça da Estação, foi ocupado pelas juventudes com demanda de seu funcionamento e gestão participativa, adiante atendida.

Como já indicado, no período 2014-2016, estendendo-se adiante, tem-se um longo ciclo de mobilizações polarizadas com inúmeras manifestações nas cidades brasileiras (Alonso, 2017), colocando em cena novos atores coletivos no espectro da direita e da esquerda - que articulou as Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo. Em Belo Horizonte, as diversas manifestações se espacializam, definindo territorialidades e imprimindo ressignificações aos espaços, respectivamente ocorrendo na Praça da Liberdade, na região sul, e no centro da cidade.

Gênero, diversidade e interseccionalidades

Para além das ocupações urbanas e de espaços públicos mencionadas, em 2016 merece destaque a ocupação Tina Martins, em um prédio da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) na área central da cidade, nas cercanias da Praça da Estação, conformando a primeira ocupação de mulheres na América Latina. Tendo em vista abrigar mulheres vítimas de violência, a ocupação foi organizada pelo movimento Olga Benário, formado no início da década. Além de repercutir e de se disseminar no país, a partir de

negociações com o poder público, o movimento conseguiu um imóvel na região centro-sul da cidade, onde se implantou a Casa Tina Martins (Mattos *et al.*, 2024).

Diversos movimentos e coletivos feministas e de gênero e diversidade se organizaram ao longo das décadas focalizadas, confluindo em diversas manifestações, especialmente nas marchas que consistem em um repertório recorrente feminista e ocorrem na área central da cidade. A partir de Mattos *et al.* (2024), notabilizam-se os atos recorrentes em 8 de março (8M), a partir das articulações 8M Popular, que tem a Marcha Mundial das Mulheres como uma das protagonistas - e 8M Unificado, que aglutina diversos coletivos e movimentos como o Movimento de Mulheres Olga Benário e o Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro, que desembocam no 8M na cidade (Mattos *et al.*, 2024). O repertório das marchas é reeditado por outros movimentos no período, sublinhando-se a primeira Caminhada pela Visibilidade Trans e Travestis de Belo Horizonte em 2017 e a Primeira Parada Negra LGBTQIA+ em 2024.

Ao lado do despontar de novos personagens e de reconfigurações dos ativismos, na linha apontada por Perez e Ricoldi (2023), ressalta-se a pluralização das pautas feministas com ênfase na interseccionalidade. Novos movimentos sociais, associações e coletivos também despontam no período alargando a tessitura dos ativismos negros, que têm uma expressiva trajetória na cidade (Silva, 2022). Interseccionando gênero e raça, movimentos e coletivos de mulheres negras multiplicam-se na cidade, mobilizando um amplo repertório de ação coletiva (Silva, 2022).

Conforme Silva (2022), a perspectiva interseccional embasou a articulação, organização e construção da identidade coletiva das mulheres negras, posto que os movimentos feministas, antirracistas e da classe trabalhadora em si só não contemplaram suas singularidades e pautas. Ressalta-se a formação da Rede de Mulheres Negras no contexto de 2013, dentre outros coletivos, movimentos e redes. Também destacam-se coletivos endereçados às candidaturas coletivas à vereança, especialmente nas eleições seguintes à de 2016, que elegeu duas representantes das Muitas (abordadas na seção seguinte), como o Mulheres Negras Sim e o Plural na Rede, com uma pauta de diversidade encampando mulheres negras, negros e LBBTQIA+, que não lograram ser eleitas em 2020.

Na cidade desigual e excludente, raça e classe se interseccionam e especializam-se nos assentamentos informais e periferias, em virtude das dificuldades históricas de acesso à terra pela população negra. Salienta-se, também, a resistência dos Quilombos urbanos⁴, enfrentando problemas diversos, decorrentes de pressões imobiliárias e do

déficit das políticas públicas com pautas de preservação de seus territórios e de garantia de direitos.

As diversas formas de associação, mobilização e manifestação cultural desenharam resistências, insurgências e ativismos culturais, como os Duelos de MCs anteriormente referidos. No contexto do carnaval politizado e ativista desde 2009 em Belo Horizonte, organizam-se diversos blocos afro, abordados por Andrade Rezende e Saraiva (2024, p. 2) como “resistência à segregação socioespacial e ao apagamento cultural que marcou a presença de pessoas Negras na cidade”, apropriando-se de espaço público e “tensionando uma cidade hostil”, afirmando ao direito à cidade. Mais além, em 2016 organiza-se à associação Abrafo e Kandadu, rede que articula esses blocos, denotando sua potência.

As Muitas e as pautas de ocupação do legislativo

O “Muitxs pela Cidade que queremos” ou “Muitas” organiza-se a partir da confluência de ativistas, integrantes de movimentos e coletivos que participavam das mobilizações na cidade e passaram a reunir-se recorrentemente em espaços públicos da cidade em 2015, além de construírem uma plataforma colaborativa virtual, buscando tematizar e discutir as diversas pautas relativas à cidade. Essas pautas condensam-se em três vertentes: o direito à cidade, a radicalização da democracia e da representatividade de minorias e o combate às opressões políticas (Brasil *et al.*, 2019).

Conforme sua apresentação no *Facebook*, as Muitas visavam “ocupar” as eleições municipais de 2016, com o lançamento de “candidaturas que levem ao protagonismo os sujeitos das lutas sociais, corpos que expressem a diversidade de gênero, raça, orientação sexual e territórios, buscando-se a paridade” (Muitxs, 2016, *apud* Brasil, 2019). Como sustenta Izaú (2017; p. 110), esse processo em movimento “sinaliza as reivindicações de representação política dos sujeitos historicamente silenciados e negligenciados na vida cidadina”. Nos termos de uma importante ativista nessa trajetória, reportada por Izaú (2017, p. 101), as Muitas configuram-se como:

[...] uma movimentação autônoma de pessoas que têm acúmulo em diversas lutas sociais e outras que não tem atuação em movimentos, que se propõem à atuação política na cidade, e a fortalecer um campo comum de resistência popular, mirando uma incidência sobre o sistema político para que estas consigam influenciar os rumos das políticas públicas e das decisões que afetam a coletividade na cidade.

Sublinha-se a proposta de mandatos coletivos, abertos e participativos sob o mote “votou em uma votou em todas”, cabendo notar que dentre as 12 candidaturas à vere-

ança, 8 eram mulheres, incluindo candidatas negras, além de uma indígena e uma mulher trans. O movimento foi bem-sucedido, elegendo duas candidatas, sendo que uma delas - Áurea Carolina - recebeu a maior votação nas eleições municipais. Na linha de sua proposta de radicalização democrática, foi constituída a Gabinetona - mandato coletivo e aberto – com diversas inovações democráticas ancoradas na participação. Nas eleições seguintes, Gabinetona expande-se para as esferas federal e estadual e segue com vereadoras no município, cabendo notar que a experiência de mandato coletivo impulsionou candidaturas de outros coletivos nas eleições municipais subsequentes⁵.

Considerações Finais

As cidades brasileiras foram palco de manifestações multitudinárias em junho de 2013, que se desdobram em ciclos de mobilização nos anos seguintes, colocando em cena novos atores e repertórios de ação, com uma diversidade de pautas e motes de mobilizações. O artigo aproximou o foco para Belo Horizonte abordando os processos de mobilização e organização da sociedade civil que se revelam nas últimas décadas e se entrecruzaram na década anterior com as dinâmicas de 2013 e ciclo de mobilização posterior.

Nesse contexto, destaca-se reconfiguração e ampliação do tecido movimentalista e associativo da cidade, com o despontar de novos atores coletivos: movimentos sociais, redes de movimentos, associações, novas conformações como os coletivos urbanos. Como posto por Izaú (2017) sejam novos os velhos, os movimentos sociais mobilizam as pessoas em torno de preocupações comuns. Convergindo com as observações de Perez e Silva Filho (2018) esses novos atores coletivos apontam para a horizontalidade, fluidez, autonomia, bem como por sua refração às institucionalidades.

Buscou-se identificar e abordar a pluralidade de atores coletivos em cena, que se organizam e aglutinam-se em torno do direito à cidade. Em torno dessa pauta mais ampla pluralizam-se os repertórios de ação dos diversos atores coletivos, com primazia de repertórios de caráter oposicional e de ação direta, encampando múltiplas performances. No contexto desigual e excludente da cidade, marcado por opressões e interdições, nas insurgências e lutas por uma cidade inclusiva, democrática e plural, destacam-se repertórios de ocupação do espaço urbano, que correspondem a processos diferenciados, das ocupações urbanas às ocupações culturais.

As ocupações urbanas, que proliferam nas décadas examinadas, redesenham o espaço urbano e os cotidianos, sob premissas de participação e inclusão, de direito à

moradia e à cidade. A miríade de ocupações culturais se apropria dos espaços públicos imprimindo-lhe novos significados, na linha lefebvriana do encontro, da simultaneidade e da festa. As diversas marchas e manifestações que ocupam as vias centrais da cidade conferem visibilidade aos diversos grupos – dentre os quais aqueles invisibilizados ou marginalizados - e às múltiplas pautas e demandas, ressaltando-se as interseccionalidades. Mais além, em alguns casos tais processos impulsionam ações e avanços institucionais, como no reconhecimento das novas ocupações; na implantação e funcionamento do CRJ e na Casa Tina Martins, ou ainda, na incidência na política de mobilidade urbana. Os atores coletivos aqui abordados em sua pluralidade tecem sociabilidades, vínculos e redes, contestam e desafiam práticas dominantes, demandam direitos, o bem viver em uma cidade mais justa, inclusiva e democrática, endereçam-se às diversas pautas relativas aos direitos, ao reconhecimento das identidades, à diversidade das formas de viver que se condensam na perspectiva de direito à cidade. Com suas ações reinventam cotidianos, desvelam um horizonte de possibilidades emancipatórias e de mudança das cidades e, como posto por Harvey (2006, p. 210), “de nós mesmos”.

Referências

ALMEIDA, G. C.; LEAL, L. F. V. A caminhada do Duelo de MC's em Belo Horizonte: o outro lado do balcão como parte da rede de movimentos *hip-hop*. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 12, 2023, Seropédica. *Anais [...]*. Seropédia: UFRRJ, 2023.

ALMEIDA, R. C.; PENZIM, A. M. B. Novos coletivos urbanos e as expressões de lutas emancipatórias: os saraus em Belo Horizonte. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 42., 2018, Caxambu. *Anais [...]*. Caxambu: ANPOCS, 2018.

ALONSO, A. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. esp., p. 48-58, 2017. Disponível em: https://novosestudos.com.br/wp-content/uploads/2018/07/Angela-Alonso_A-pol%C3%ADtica-das-ruas.pdf. Acesso em: 18 maio 2026.

ALVAREZ, S. E.; DAGNIN, O. E.; ESCOBAR, A. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 15-57.

ANDRADE, L. F. S.; REZENDE, A. F.; SARAIVA, L. A. S. Blocos Afro de Carnaval em Belo Horizonte: da segregação racial ao fazer-cidade. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, Curitiba, v. 16, e2023020, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/Qx5Mj6NYVsgPwksBj6YYCpg/?lang=pt>. Acesso em: 18 maio 2026.

ANDRÉS, Roberto. *A razão dos centavos: crise urbana, vida democrática e as revoltas de 2013*. São Paulo: Boitempo, 2023.

ARANTES, P. F. A. Antireforma urbana brasileira e um novo ciclo de lutas nas cidades. In: NETTO, J. P. (org.). *Jornadas de junho: a revolta popular em debate*. São Paulo: Instituto Caio Prado Junior, 2014. p. 41-46.

AVRITZER, L. As manifestações de 2013 e a ruptura do consenso participativo. In: AVRITZER, L. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 65-83.

BRANDT, D. B. O direito à cidade em Henri Lefebvre e David Harvey: da utopia urbana experimental à gestão democrática das cidades. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória. *Anais [...]*. Vitória: ABEPSS, 201. v. 1, n. 1.

BRASIL, F. P. D.; CARNEIRO, R.; ALMEIDA, T. S.; BECHTLUFFT, R. P. Movimentos sociais e cidade: uma análise das formas de ação coletiva em Belo Horizonte. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 23, p. 120-142, 2020a. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/38215>. Acesso em: 18 maio 2026.

BRASIL, F. P. D.; CARNEIRO, R.; SILVA, T. S. A.; MAIA, P. I.; BECHTLUFFT, R. P. Cidade, movimentos sociais e reforma urbana: uma análise das ações coletivas em Belo Horizonte no século XXI. In: COKBURN, J. C. (org.). *Segregación socio-espacial en las ciudades latinoamericanas*. Buenos Aires: Editora Teseo, 2019. p. 255-276.

BRASIL, F. P. D.; MAIA, P. I.; ANELLI, F.; RESENDE, L. P. Política de habitação social e movimentos de moradia: participação, inclusão e novos repertórios de ação coletiva em Belo Horizonte. *Contemporânea*, São Carlos, v. 10, n. 3, p. 1377-1402, 2020b. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/822>. Acesso em: 10 jan. 2025.

CANETTIERI, T. A produção capitalista do espaço e a gestão empresarial da política urbana: o caso da PBH Ativos S/A. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Natal, v. 19, n. 3, p. 513-529, 2017. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5475>. Acesso em: 18 maio 2026.

CARLOS, A. F. A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2024. p. 53-74.

CARNEIRO, R.; BRASIL, F. P. D.; BECHTLUFFT, R. P.; FAUSTINO, M. R. Transporte coletivo e movimento Tarifa-Zero-BH: repertórios de ação e incidência na política local. *Revista de Políticas Públicas da UFMA*, São Luiz, v. 26, p. 442-460, 2022.

CARTA mundial pelo direito à cidade. Porto Alegre: FSM, 2005. Disponível em: <https://polis.org.br/wp-content/uploads/2021/09/Carta-Mundial-pelo-Direito-a-Cidade.pdf>. Acesso em: 17 maio 2026.

GOHN, M. G. *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo: Cortes, 2017.

CORRÊA, R. L. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: Um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2024. p. 41-53.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 17 maio 2026.

DIAS, M. T. F. *et al.* O direito social à moradia e o fenômeno das ocupações urbanas na RMBH. In: DIAS, M. T. F.; CALIXTO, J.S. (org.). *As ocupações urbanas e o direito fundamental à moradia adequada na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 19-85. Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/downloads/As-ocupacoes-urbanas.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

DOMINGUES, L. B. *Junho de 2013: atores, práticas e gramáticas nos protestos em Belo Horizonte*. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

FERREIRA, T. C. Assembléia Popular Horizontal e a luta pela cidade. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 18., 2016, São Luís. *Anais [...]*. São Luís: AGB, 2016.

HARVEY, D. A liberdade da cidade. In: VAINER, C. *et al.* *Cidades rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, D. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, D. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HARVEY, D. O direito à cidade. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18497/13692>. Acesso: 11 jan. 2025.

IZAÚ, V. R. *Insurgências urbanas e direito à cidade na perspectiva de ativistas em Belo Horizonte*. Tese (Doutorado em Educação e Inclusão social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

KRIEGER, M. G. M.; LEBLANC, E. M. A consolidação do termo direito à cidade na cidade de São Paulo a partir das Jornadas de Junho: uma articulação hegemônica? *Revista De Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 6, p. 1032–1055, 2018.

LEAL, L. F.; MÁXIMO, M.; BRASIL, F. P. D.; CARNEIRO, R. Ocupações como novos atores coletivos: ressignificações e disputas pelo cotidiano urbano. *Emancipação*, Ponta Grossa, v. 25, p. 1–17, 2025. DOI: 10.5212/Emancipacao.v.25.23613.008.

LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ed. Ática, 1991. (Série Temas, v. 24: Sociologia e Política).

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. 5. ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008.

LEFEBVRE, H. *The production of space*. Oxford: Blacwell, 1994.

LELIS, N. Ocupações urbanas: a poética territorial da política. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Natal, v. 18, n. 3, p. 428-444, 2016. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n3p428>.

LOURENÇO, T. C. B. *Com orde minha mesmo*. 2022. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/46713>. Acesso: 11 jan. 2025.

MAGALHÃES, F. N. C. Cultura e política nos movimentos urbanos: do direito à cidade à interseccionalidade. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 16., 2019, Vitória. *Anais [...]*. Vitória: Laburp, 2019.

MAIA, P. I.; BRASIL, F. P. D. Produção social da habitação e as novas ocupações urbanas em Belo Horizonte. *Organizações e Sustentabilidade*, Londrina, v. 7, n. 2, p. 132-147, 2019. Disponível em: <https://www.ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ros/article/view/35182>. Acesso em: 18 maio 2026.

MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, E. (ed.). *Cidades rebeldes: passe livre e as mobilizações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 13-19.

MATTOS, A. C. F.; BRASIL, F. P. D.; DIAS, M. A.; CARNEIRO, R. Conflitos, diálogos e ausências: uma abordagem do movimento Olga Benário e suas interações com o Estado na trajetória da Casa Tina Martins. *Gênero*, Niterói, v. 25, n. 1, p. 81-98, 2024.

MAYER, J. G. M. *O comum no horizonte da metrópole biopolítica*. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MEG, M. Conheça as histórias dos quilombos de BH. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 19 nov. 2023. Disponível em: <https://www.em.com.br/gerais/2023/11/6656816-conheca-as-historias-dos-quilombos-de-bh.html>. Acesso em: 17 maio 2026.

NASCIMENTO, D. M.; LIBÂNIO, C. (ed.). *Ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Favela é isso Aí, 2016.

NEVES, L. B. P.; BRASIL, F. P. D. Democracia, participação social e inovações institucionais. *Contemporânea*, São Carlos, v. 14, e1412162024, 2024. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1216>. Acesso em: 17 maio 2026.

OLIVEIRA, I. *Uma 'Praia' nas alterosas, uma 'antena parabólica' ativista: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

PAOLINELLI, M. S.; CANETTIERI, T. Ocupações urbanas e transformações recentes na luta pelo direito à moradia na RMBH. In: MENDONÇA, J. (org.). *Reforma urbana e direito à cidade*: Belo Horizonte. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

PEREZ, O. C. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. *Opinião Pública*, Campinas, v. 25, n. 3, p. 577-596, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0191201925357>. Acesso em: 11 jan. 2025.

PEREZ, O.; SILVA FILHO, A. L. A. Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil. *Latitude*, Maceió, v. 11, n. 1, 2018. DOI: 10.28998/lte.2017.n.1.2812.

PEREZ, Olívia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. A quarta onda feminista no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 31, n. 3, p. e83260, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/3D7wfT8QmwRfJMv38PrG4tN/?lang=pt>. Acesso em: 17 mai. 2026.

SARMENTO, R.; REIS, S.; MENDONÇA, R. F. As jornadas de junho e a questão de gênero: as idas e vindas das lutas por justiça. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 22, p. 93-128, jan./abr. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220172203>.

SILVA, M. C. *Feminismo negro e Estado: as interseccionalidades na produção de políticas públicas em Belo Horizonte*. 2022. 137 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2022.

SILVA, M. C.; BRONZO, C.; BRASIL, F. P. D. Movimento feminista negro, ação coletiva e incidência em políticas públicas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 32, p. e90114, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/gGmvXYWYXB8FGQLHxNpTyrc/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 18 maio 2026.

SILVA, M. K. #vemprarua: o ciclo de protestos de 2013 como expressão de um novo padrão de mobilização contestatória?. In: CATTANI, A. D. (org.). *#protestos: análises das ciências sociais*. Porto Alegre: Tomo, 2014. v. 1, p. 9-20.

SILVA, M.; CATÃO, C. L. M.; BRASIL, F. P. D.; MARTINS, J. J. L. Representação e experimentalismo democrático uma abordagem das candidaturas e mandatos coletivos municipais em Belo Horizonte (2016-2022). *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais*, João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 291- 319, jan./jun. 2025. DOI: 10.22478/ufpb.2525-5584.2025v10n1.69806

TAVOLARI, B. Direito à cidade: uma trajetória conceitual. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 92–109, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/hdLsr4FXMpVZWPJ7XswRRbj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 maio 2026.

Notas

- 1 *Occupy* nos Estados Unidos, dos Indignados na Espanha e da Primavera Árabe.
- 2 O conceito de interseccionalidade, cunhado inicialmente por Kimberlé Crenshaw (2002), apresenta-se, em seus termos, “como uma categoria analítica que dá visibilidade às experiências de vida das mulheres negras, entrecruzadas por vários eixos de poder, tais como raça, etnia, gênero”. Tais opressões, como conceituadas, não se apresentam de forma hierarquizada, mas atravessadas ou sobrepostas, metaforicamente, como uma avenida, na qual “as mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram” (Crenshaw, 2002, p. 177 apud Silva; Bronzo; Brasil, 2024, p. 4-5). Trazendo o tema da interseccionalidade para a realidade brasileira, o conceito foi revisitado e reformulado por diversas autoras como Carla Akotirene (2019) que traz uma concepção afrocentrada da interseccionalidade, que em sua metáfora substitui as avenidas identitárias de Crenshaw pela encruzilhada da cultura ioruba. Nesse contexto, “a perspectiva interseccional foi utilizada como estratégia de articulação, organização e defesa de uma política identitária coletiva das mulheres negras, uma vez que, como posto, nos movimentos feministas, antirracistas e da classe trabalhadora, de forma isolada, não foram equacionadas” (Silva; Bronzo; Brasil, 2024, p. 4-5).
- 3 Mais além, alinha-se com a asserção de Izaú (2017, p. 118) de que a ideia de novos movimentos sociais evoca “o tempo histórico no qual são construídos. Contudo, as questões que engendram não são novas. São, de fato, rebatimentos do sistema de desigualdades do capitalismo, com repercussões em toda a vida social.”
- 4 Dentre os Quilombos urbanos da cidade, cinco estavam certificados pela Fundação Palmares e registrados como patrimônio cultural: Quilombos Luízes, Mangueiras, Manzo Ngunzo Kaiango, Souza e a Irmandade Os Carolinos, e um aguardava a certificação em 2023 - Quilombo Mattias (Meg, 2023).
- 5 Ver em Silva et al. (2025) a trajetória da Gabinetona nas eleições posteriores.

Recebido em: 31 de março de 2025

Aprovado em: 01 de dezembro de 2025